

Dias 20 e 21 – Auditório – CE

## ECA: DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESCOLA

José Almir do Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Financiamento: FACEPE

almir\_basio@hotmail.com

81. 8127 9629 | 9260 5651

### JUSTIFICATIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi idealizado com o intuito de garantir direitos fundamentais a esta parcela da população. Contudo, passados vinte e dois anos, o ECA é encarado sob a égide do preconceito e da não promoção dos direitos preconizados nesta legislação. Isto é decorrente, em grande parte, de uma sociedade autoritária, com direitos negados, hedonista e com profunda desigualdade social.

Frente a este contexto, cabe às políticas educacionais oferecer como princípio a Qualidade da Educação. E, desta formar indivíduos propositivos e autônomos desencadeando ações concretas numa sociedade comprometida com o reconhecimento e a efetivação de Direitos.

### OBJETIVOS

- Reconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento aliado à Educação;
- Refletir sobre a importância do Direito à Educação, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Compreender a Educação de Qualidade como Direito Humano.

## PROGRAMA

- Ser Criança e Adolescente, no Estado de Direitos;
- Política, Políticas Públicas e Direitos Humanos;
- Criança e Adolescente: Prioridade Absoluta na consecução das Políticas Públicas;
- Prioridade Absoluta e Educação;
- Elementos historiográficos da construção do conceito de prioridade e sua aplicação à Educação;
- Educação: que qualidade queremos?

## METODOLOGIA DE TRABALHO

As aulas, prioritariamente, expositivas baseiam-se num conjunto de princípios e valores éticos que norteiam nossas práticas formativas: O diálogo, a solidariedade e a cooperação, o respeito e atenção à diversidade cultural, o reconhecimento dos saberes das pessoas participantes, a participação como direito e exercício da cidadania, a valorização dos referenciais identitários étnico-raciais, a igualdade de gênero, entre outros, nos dão base à formação de sujeitos mais atuantes na vida pública, críticos e autocríticos e mais preparados para desenvolver ações coletivas na defesa dos seus direitos.

## AVALIAÇÃO

Para efeito de conclusão do minicurso o participante deve ter frequência e pró-atividade nas discussões em sala.

## RESULTADOS ESPERADOS

No final do curso os participantes deverão ter a capacidade de, entre outras coisas:

- Compreender a aplicabilidade do ECA à Educação Básica;
- Reconhecer Crianças e Adolescentes como sujeitos de

direito;

- Compreender os conceitos de Criança e Adolescente, a partir do ECA.

## RECURSOS

- Equipamento de projeção;
- Pinceis atômicos;
- Fita adesiva;
- Cartolina.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da criança e do adolescente*. Recife: CEDCA, 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONANDA Nº 106*, de 17 de novembro de 2005. Altera dispositivos das Resoluções Nº 105/2005 e 106/2006, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança. Brasília-DF, CONANDA, 2005.

\_\_\_\_\_. *Resolução CONANDA Nº 139*, de 17 de março de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil. Brasília-DF, CONANDA, 2010.

CICONELLO, Alexandre. Os avanços e contradições das políticas de Direitos Humanos no Governo Lula. In: PAULA, Marilene de. *“Nunca antes na história desse país”...? : um balanço das políticas do governo Lula*, Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heinrich Böll, 2011.

DE OLHO NO ORÇAMENTO CRIANÇA: *Atuando para priorizar a criança e o adolescente no orçamento público*. São Paulo:

Fundação Abrinq, Inesc, Unicef, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, E. Maria (org). *História da Infância em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007.

MOUSINHO, Cesar. *Aborrecentes & Aborrecidos*. São Paulo: Palavra & Prece, 2005 - PERNAMBUCO. Constituição Estadual. 1989.

PERNAMBUCO. *Constituição do Estado de Pernambuco*. 1989.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.